

DELIBERAÇÃO N.º 01 DE 24 DE JULHO DE 2014

DISPÕE sobre as eleições dos membros do Conselho Curador da Fundação Centro de Educação do Trabalhador Professor Florestan Fernandes prevista nos incisos IV, V e VIII, do art. 12 do Estatuto, aprova normas gerais para a eleição, e dá outras providências.

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, Presidente do Conselho Curador da Fundação Centro de Educação do Trabalhador Professor Florestan Fernandes, no uso e gozo de suas atribuições legais;

DELIBERA:

Artigo 1º – Esta Deliberação institui normas gerais para as eleições dos membros do Conselho Curador da Fundação Florestan Fernandes, e seus respectivos suplentes, de acordo com o Estatuto da Fundação e que são provenientes das seguintes representações:

- I – 01 (um) representante dos funcionários da Fundação, ou daqueles pertencentes às entidades conveniadas e que prestam serviços para a Fundação (inciso IV, do art. 12 do Estatuto);
- II – 01 (um) representante de alunos e ex-alunos da Fundação e instituições parceiras (inciso V, do art. 12 do Estatuto);
- III – 01 (um) representante das entidades comunitárias do Município, participantes do Conselho de Compromisso, eleito entre seus pares (inciso VIII, do art. 12 do Estatuto).

Artigo 2º – Para fins desta Deliberação, consideram-se as seguintes definições:

- I – Funcionário da Fundação (inciso IV, do art. 12 do Estatuto): pessoa investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, que pertença a estrutura organizacional administrativa da Fundação, exceto os membros de sua Diretoria-Executiva.
- II – Funcionário pertencente às entidades conveniadas e que prestam serviços para a Fundação (inciso IV, do art. 12 do Estatuto): pessoa com vínculo CLT ou estatutário junto à entidade conveniada e que preste, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de serviços para a Fundação.
- III – Aluno da Fundação (inciso V, do art. 12 do Estatuto): pessoa, maior de idade e capaz, regularmente matriculada nos cursos oferecidos pela Fundação;
- IV – Ex-aluno da Fundação (inciso V, do art. 12 do Estatuto): pessoa, maior de idade e capaz, que concluiu regularmente curso oferecido pela Fundação nos últimos 02 (anos);
- V – Instituição parceira (inciso V, do art. 12 do Estatuto): aquela com vínculo contratual e/ou jurídico e que tenha oferecido cursos da Fundação nos últimos 02 (anos);
- VI – Entidade comunitária do Município (inciso VIII, do art. 12 do Estatuto): pessoa jurídica regularmente constituída no Município e que tenha os mesmos fins da Fundação (art. 27 do Estatuto).

Parágrafo Único. – Para participar do Conselho de Compromisso a entidade comunitária deverá comprovar a regularidade de sua constituição através da apresentação de cópia(s):

- a) do Estatuto e Ata de Eleição de Diretoria atualizados e devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

- b) do comprovante de inscrição no CNPJ;
- c) de Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos junto ao INSS, FGTS, CNDT, PGFN/RFB, SEFAZ/PGE-SP, as Municipais mobiliária e imobiliária;
- d) de declarações: de que não possui processos falimentares e de recuperação judicial; de que cumpre integralmente o art. 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal; de que não foi declarada inidonea pelo Poder Público; e de que não está impedida de contratar com o Município de Diadema;
- e) do Balanço patrimonial e DRE do último exercício registrados, ou documento equivalente.

Artigo 3º – Compete a Diretoria-Executiva da Fundação assegurar a publicidade das eleições e designar 03 (três) funcionários da Fundação que integrarão a COMISSÃO DE PROCESSO ELEITORAL. Eles deverão organizar as eleições dos representantes indicados nos incisos I e II, do art. 1º, e garantir a lisura do processo eleitoral, com as seguintes funções:

- a) registrar as candidaturas e as impugnações;
- b) preparar a urna e as cédulas de votação;
- c) garantir o voto universal, secreto e facultativo;
- d) apurar o resultado e registrar as impugnações;
- e) decidir, em decisão colegiada, acerca das impugnações;
- f) registrar as principais ocorrências em ata;

Artigo 4º – A COMISSÃO DE PROCESSO ELEITORAL julgará eleito o candidato que obtiver o maior número de votos válidos, não computados os votos em branco e os nulos.

I – Apurado o resultado final, os candidatos serão ordenados pelo número de votos recebidos formando-se uma lista de classificação final.

II – Se ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, sucederá, dentre os remanescentes, sucessivamente, o de melhor colocação.

III – No caso de empate na votação, qualificar-se-á o candidato de maior idade;

IV – O segundo colocado será o suplente do candidato eleito.

V – Os demais candidatos formaram cadastro de reserva, podendo ser chamados a qualquer momento para sucederem aos eleitos.

Artigo 5º – Compete a Diretoria-Executiva da Fundação assegurar a publicidade da convocação das entidades comunitárias do Município para formação do Conselho de Compromisso e da eleição do representante indicado no inciso III, do art. 1º.

Parágrafo Primeiro. Compete a COMISSÃO DE PROCESSO ELEITORAL:

- I – Providenciar e organizar o processo de convocação das entidades comunitárias do Município;
- II – Registrar as candidaturas e as impugnações;
- III – Verificar a regularidade de constituição das entidades interessadas em participar do Conselho de Compromisso;

IV – Decidir, em decisão colegiada, acerca das impugnações;

V – Convocar a reunião inaugural do período.

Parágrafo Segundo. Constituído o Conselho de Compromisso, caberá a esse organizar-se internamente e indicar o membro do Conselho Curador, e o respectivo suplente, eleito entre seus pares.

Artigo 6º – Das decisões da COMISSÃO DE PROCESSO ELEITORAL, caberá recurso, em três dias úteis, sem efeito suspensivo, ao Conselho Curador, que decidirá o recurso na sua próxima reunião.

Artigo 7º – Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, injustificadamente, a três reuniões, consecutivas ou não, do Conselho Curador. Nessa hipótese, convocar-se-á o terceiro colocado ou, dentre os remanescentes, sucessivamente, o de melhor colocação, das eleições para suplente.

Artigo 8º – O mandato dos membros do Conselho de Compromisso será de 02 (dois) anos, permitida a recondução sucessiva por no máximo 2 (duas) vezes, e coincidirá com o dos membros do Conselho Curador.

Artigo 9º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Diadema, 24 de julho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
Presidente do Conselho Curador